

QUILOMBO DO CUMBE: AUTODETERMINAÇÃO, BEM VIVER E BIOINTERAÇÃO

João Luís Joventino do Nascimento/João do Cumbe¹

Ana Amélia Neri Oliveira²

Leandro Bulhões Santos de Jesus³

RESUMO:

Esse trabalho tem como objetivo problematizar as experiências de luta e de re-existências construídas Quilombo do Cumbe/Aracati - CE, na contemporaneidade, considerando as trajetórias de autodenominação quilombola da comunidade e as múltiplas estratégias de defesa dos territórios, das identidades e das suas autonomias intelectuais, cartográficas, afetivas, políticas, religiosas e culturais. A memória é aqui entendida como um dispositivo basilar para rearticulação de sentidos mobilizados em diferentes contextos na busca pela sobrevivência de corpos e de conhecimentos – processos indissociáveis.

Palavras-chave: Quilombo do Cumbe; Re-existências; memória; corpo-documento.

ABSTRACT:

This work aims to problematize the experiences of struggle and re-existences built in Quilombo do Cumbe/Aracati - CE, in contemporary times, considering the trajectories of the community's quilombola self-designation and the multiple strategies for defending territories, identities and their autonomies: intellectual, cartographic, affective, political, religious and cultural. Memory is understood here as a basic device for the rearticulation of meanings mobilized in different contexts in the search for the survival of bodies and knowledge – inseparable processes

Keywords: Quilombo do Cumbe; Re-existences; memory; body-document.

¹ Quilombola, cotista no doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2021); Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - FAGED/UFC - Linha Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola - Eixo Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-raciais (2014); E-mail joaodocumbe@alu.ufc.br

² Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - *Campus* Fortaleza (IFCE). Doutora em Educação Física pela Universidade de Brasília (2018). E-mail anaaneri@gmail.com

³ Professor da graduação e das pós-graduações em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorado em História pela Universidade de Brasília (UNB). Licenciado em História e mestre pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail lesanbul@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Quilombo do Cumbe está localizado no município do Aracati, no litoral leste do Estado do Ceará, Brasil (Figura 1). Para além das resistências históricas pela manutenção da sua comunidade ancestral, tem enfrentado nas últimas décadas grandes batalhas frente aos empreendimentos econômicos, a saber: a - Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (1977), da carcinicultura (1996) e dos parques eólicos (2008). A invasão do território quilombola de uso comunitário a partir do desenvolvimento das atividades econômicas atreladas à exploração da água, à criação de camarão em cativeiro e à geração de energia eólica, tem impulsionado e potencializado o processo organizativo que já existia, através da Associação Quilombola do Cumbe, pautado na defesa do território tradicional, afirmação da identidade quilombola pesqueira, do bem viver e da biointeração.

Neste texto, consideramos fundamental reconhecer as múltiplas agências com as quais os chamados povos tradicionais têm mobilizado conhecimentos no exercício cotidiano de contracolonizar os projetos de sociedades

de pretensão hegemônica, calcados em lógicas falidas de desenvolvimento, progresso e modernidade. No que se refere às bases civilizatórias de alguns povos originários da América e outros do continente africano, o bem viver, de acordo com Acosta (2016, p. 14), pode ser compreendido como uma

filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós, no Brasil, com o teko porã dos guaranis. Também está na ética e na filosofia africana do ubuntu – “eu sou porque nós somos”.

Teko porã é a tradução literal em guarani da expressão kichwa *sumak kawsay*. Teko se refere à vida e à existência em comunidade; porã pode ser traduzido como belo, bonito, bom e Ubuntu como sendo da filosofia africana que significa pensar uma sociedade pautada no respeito e na solidariedade uns com os outros. Na tentativa da tradução para o português, ubuntu seria “humanidade para com os outros”.

Numa perspectiva aproximada, o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015), chama de biointeração um tipo de força vital que tem a capacidade de integrar todos os seres, superando a dicotomia ocidental corpo/espírito; homem/natureza; trabalho/lazer;

produto/lucro, auxiliando-nos a pensar em outras matrizes de relações entre as espécies.

Biointeração é a categoria com que Bispo premia as instâncias de elaboração do pensamento na sociedade brasileira que se localizam na academia, mas também no roçado, nos laboratórios, mas também na mata, nas universidades, mas também nas comunidades. Sem conceituar com a abstração, mas apresentando a materialidade da biointeração, Bispo nos ensina a pensar pela materialidade, pela experiência vivida em substituição às tradicionais categorias analíticas abstratas que funcionam como encaixes para a realidade, produzindo como conhecimento uma espécie de deformação da realidade. Se perguntarmos o que é biointeração, Bispo nos responde é a pescaria artesanal orquestrada com sinfonia afinada de vários instrumentos que produzem sons diferentes com instrumentos diferentes sem deixar de ocupar o seu lugar no ritmo sincronizado; é a mandiocada ou farinhada também numa orquestra da qual participam as notas do trabalho, do amor, da sedução, do convívio, da partilha, do achar bom viver e fazer junto. Biointeração é “guardar o peixe nas águas, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo”, é viver, conviver e aprender com a mata, com o chão, com as águas, com o vento, com a lua, com o sol, com as pessoas, com os animais. É transformar o trabalho em vida, arte e poesia. É transformar as divergências em diversidades. É retirar as notas pesadas do castigo do trabalho para fazer fluir, confluir a interação, a biointeração. (SOUSA, in SANTOS, 2015, p. 112-113).

Os elementos naturais presentes nos territórios são fundamentais como articuladores /definidores das identidades

dos grupos sociais que vivem numa relação mais integral com o que costumeiramente chamamos de “natureza”, de onde tiram seus meios de vida, da qual fazem parte e de onde está constituído seu *bem viver* e a *biointeração*, portanto.

Diante do exposto, os danos socioambientais passaram a fazer parte do cotidiano dos quilombolas do Cumbe, o que exigiu dos mesmos ações imediatas. Essas lutas têm como enfoque o questionamento das formas pelas quais essas atividades econômicas são implementadas no território, vistas como incompatíveis com as práticas culturais locais. Com o intuito de intensificar tais questionamentos, o grupo social passa a denunciar os impactos negativos dessas atividades para a dinâmica territorial e a continuidade dos modos de vida tradicionais frente ao processo de privatização dos espaços de uso comunitário. Este fenômeno contribuiu para a ampliação e acirramento do racismo estrutural, por meio da articulação entre os chamados racismo institucional e racismo ambiental⁴.

⁴ De acordo com Gonzaga, é possível caracterizar como “racismo ambiental” quando “os impactos ambientais dos empreendimentos de desenvolvimento afetam as comunidades quilombolas, gerando efeitos negativos sociais e

ambientais, impedido que as comunidades afetadas tenham acesso às informações ou que sejam representadas nos espaços de poder, excluindo-as do processo de decisão sobre a compensação desses impactos” (GONZAGA, 2017, p. 15).

Face ao cenário de injustiças e constantes danos socioambientais, as lutas dos quilombolas pescadoras e pescadores do mangue passam a constituir-se como uma importante estratégia de resistência em defesa dos modos de vida, saberes, fazeres e de seus projetos de sociedade. Estes são construídos a partir da relação que o grupo social estabeleceu com os sistemas ambientais existentes no território do Cumbe. Por outro lado, eles vivenciam um processo de violações dos direitos humanos, materializadas em ameaças e negações direcionadas aos quilombolas pescadores e pescadoras tradicionais do Mangue do Cumbe, e isso passou fazer parte da dinâmica social, com a intensificação de ações de criminalização das lideranças responsáveis pela organização comunitária.

É notório que as estratégias de resistência utilizadas pelos quilombolas pescadores e pescadoras tradicionais para fortalecer os processos organizativos visando à afirmação da identidade quilombola-pesqueira e à defesa do território tem um caráter articulado e diversificado. Um exemplo delas foi a

criação do “Calendário Cultural Anual do Quilombo do Cumbe”. Nele, o mês de fevereiro é dedicado à realização do cortejo do Bloco Karambolas do Cumbe no carnaval, com destaque para a apresentação dos quilombolas fantasiados de papangus, como veremos adiante. No mês de março, precisamente no Sábado de Aleluia durante a Semana Santa, acontece a queima do Judas e a leitura do Testamento, tal como a brincadeira do Pau de Sebo. No mês de junho ocorrem as atividades referentes à Semana do Meio Ambiente, também acontece o Arraiá do Manguezá. No mês de julho são elaboradas as atividades em alusão à Semana Mundial de Defesa dos Manguezais. No mês de outubro é celebrada a Festa do Mangue do Cumbe. No mês de novembro são promovidas atividades relativas à Consciência Negra. Para o mês dezembro é prevista a comemoração do Dia do Quilombo do Cumbe⁵.

Destacamos outras ações, tais como: 1) a construção dos mapas sociais – que materializam a cartografia social do território do Cumbe; 2) o turismo comunitário; 3) a cultura alimentar

⁵ No dia 05 de dezembro de 2014 o Estado Brasileiro, por meio da Fundação Cultural Palmares, certificou a Comunidade do

Cumbe como remanescente de quilombo, passando a ser chamada oficialmente de Quilombo do Cumbe.

representada pelo *Cumê no Mato*, o *Cumê na Praia* e o *Cumê nas Casas*; 4) as aulas de campo realizadas nos diferentes ecossistemas existentes no território Cumbe; 5) a museologia social, entendendo o Território do Cumbe como um museu a céu aberto; 6) o projeto da cozinha comunitária, da unidade de beneficiamento de pescados; 7) o curso de corte e costura em parceria com a Loja Colaborativa (Fortaleza-Ceará-Brasil); 8) o envolvimento dos quilombolas nos movimentos sociais, a saber: o Movimento Quilombola do Ceará, o Movimento de Pescadores/as Artesanais (MPP), a Teia dos Povos do Ceará e a Organização Popular (OPA).

Feitas tais colocações, pretendemos narrar as experiências de luta e re-existências construídas nos últimos 25 anos no Quilombo do Cumbe, buscando ampliar a visibilidade das vozes dos quilombolas pescadores e pescadoras do mangue no cenário acadêmico. Compreendemos que este texto tecido coletivamente poderá fortalecer os processos organizativos em desenvolvimento no contexto social em questão, na medida em que também nos ajuda na elaboração de uma narrativa que

permita a percepção de práticas articuladas e em marcha.

Nesta construção coletiva, nos debruçamos sobre o percurso de escrita do presente texto que envolveu lideranças comunitárias e pesquisadoras/es atuantes no território quilombola. Posteriormente, abordamos a historiografia do lugar e os processos organizativos comunitários na contemporaneidade. Ademais, tratamos das experiências desenvolvida pelos quilombolas pós certificação como comunidade remanescente de quilombo, especificamente a luta e re-existência pela defesa do território tradicional e afirmação da identidade quilombola pesqueira.



Figura 1 - Mapa da localização do Cumbe/Aracati, CE. Fonte: Pinto, Nascimento, Bríngel e Meireles (2014).

PERCURSO DE ESCRITA DO TEXTO

Realizamos uma construção textual coletiva que envolveu um representante da Associação Comunitária do Quilombo do Cumbe (João do Cumbe), uma professora pesquisadora que desenvolveu uma pesquisa de doutorado (Ana Amélia Oliveira) no quilombo citado e um professor pesquisador-orientador de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento naquele contexto social (Leandro de Jesus).

Para tanto, adotamos com referência o cotidiano comunitário narrado pela liderança citada e os trabalhos desenvolvidos na Comunidade. Desta forma, elaboramos um recorte temporal que contempla o período de 1996 a 2021, com enfoque nas experiências de luta e resistências produzidas, as quais culminaram no reconhecimento e certificação do Cumbe como comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 5 de dezembro de 2014.

QUILOMBO DO CUMBE: HISTORIOGRAFIA E PROCESSOS ORGANIZATIVOS-COMUNITÁRIOS

Escrever sobre o Quilombo do Cumbe é pertinente no sentido de colaborarmos para a construção da sua historiografia, ainda mais se considerarmos que no escopo da produção do conhecimento acadêmico ainda são poucos os trabalhos sobre esta comunidade, principalmente com a participação ou autoria total dos próprios sujeitos quilombolas. Ademais,

Embora a considerada historiografia clássica, bem como os materiais didáticos amplamente utilizados no ensino básico, produções audiovisuais etc., tenha reiteradamente silenciado os projetos de resistência que coletivos negros e indígenas protagonizaram ao longo dos séculos, essas narrativas foram passadas de geração a geração, permitindo a sobrevivência dessas memórias. Entender os modos com os quais essas narrativas sobreviveram aos silenciamentos é adentrar nos meandros dos territórios de resistência dos quilombos e aldeias indígenas, dos múltiplos entrecruzamentos ritualísticos e cosmológicos estabelecidos nesses espaços e nos terreiros dos candomblés e umbandas, nas andanças dos movimentos sociais e na oralidade (CRUZ; LEMOS; JESUS, 2020, p. 239).

Na condição de comunidade tradicional, é sobretudo na oralidade, nos gestos, nas manifestações culturais e nos fazeres e dizeres cotidianos que nossos conhecimentos se mantêm e se atualizam. Este conjunto de registros pode se configurar como fontes passíveis de serem exploradas para elaboração de pesquisas. Entender os processos constitutivos desta comunidade e seus desdobramentos,

analisando os seus marcadores africanos e afrodiaspóricos (PETTIT, 2015), os seus mitos e ritos que permanecem no imaginário comunitário, as suas atividades econômicas, políticas, culturais etc., implicou em desenvolver uma série de habilidades entre passado e presente, até chegarmos ao século XXI – este é o marco temporal de referência para a autodefinição do Cumbe como um território de maioria negra-quilombola.

Estudos realizados sobre os sítios arqueológicos presentes no Território do Cumbe na fase inicial de instalação das usinas eólicas revelaram uma ocupação aproximada entre 7 e 12 mil anos antes do presente (XAVIER, 2013). Já as fontes documentais reconhecidas como “oficiais” demarcam a existência da Comunidade do Cumbe a partir de 1760. Assim atestam os escritos das cartas ultramar encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa, em Portugal (NOGUEIRA, 2010). A Planta do Porto e da Vila do Aracati, datados de 1813 descrevem o Cumbe junto a foz do Rio Jaguaribe, principal bacia hidrográfica do Ceará.

Na época, o território Cumbe ficou conhecido por produzir uma das melhores cachaças. Fontes documentais afirmam que na zona canavieira trabalhavam nove

(09) engenhos de ferro (LIMA, 1979). Porém, a historiografia da região em momento algum fala dos trabalhadores que atuavam nos sítios e engenhos do Cumbe. O primeiro registro que temos dos chamados “mulatinhos” são as Cartas da Expedição Científica do Império que passou pelo Cumbe, quais sejam: “passeio ao Cumbe” e “visita ao Cumbe”. Além do registro da produção de duas aquarelas do lugar encontrada nessas cartas (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 1960).

A origem do nome Cumbe é definida por alguns autores: Conforme Ratts (2009, p. 67),

Cumbe é uma palavra de origem africana ou afro-brasileira que significa quilombo. Cumbe é o nome que, na Venezuela, se dá aos quilombos – comunidades formadas por negros no período escravista”.

Esta palavra também é sinônimo de quilombo em outros países sul-americanos. Podemos inferir, portanto, que o verbete demarca uma ancestralidade de origem africana presente em várias regiões do mundo. A palavra Cumbe ainda apresenta outros significados, como estes:

Nas línguas congo/angola tem os sentidos de sol, dia, luz, fogo e força trançada ao poder dos reis e à forma de elaborar e compreender a vida e a história. Para Nei Lopes, a origem da palavra vem do “quimbundo kumbi, correspondente ao

umbundo ekumbi, sol. (D'SALETE, 2014, p.171).

Porém, qualquer que seja a origem ou o significado do nome Cumbe, é possível perceber que todas remetem a uma ancestralidade africana ou afro-diaspórica. Importa destacar que embora as histórias e memórias orais do dia a dia da comunidade apresentassem elementos da cultura africana, e que cada uma das pessoas que integram o quilombo são elas mesmas “corpo documento”, como nos ensina Beatriz Nascimento em suas obras, parte do grupo social mostrava dificuldade para afirmar a identidade quilombola, por razões históricas, marcas do racismo estrutural brasileiro, com grandes impactos nas noções de pertencimento dos povos negros aos seus referenciais culturais.

Em diálogo com as ideias da historiadora Beatriz Nascimento, Denise Cruz e Flora Gonçalves, podemos inferir que “corpo documento” corresponde à ideia de que a corporeidade negra pode ser compreendida como um locus de conhecimento, de resistência, de luta. Vejamos:

No corpo, além de marcas, transmigram conhecimentos, ancestralidade, sabedoria, dor, alegria... Vida, enfim. Pensar que o corpo é história, que ele guarda conhecimentos, que o corpo é algo marcado

pela experiência e carrega consigo ricas significações. Dessa forma, corpo é memória. Memória da dor, mas também de alegrias. Dor que as imagens da escravidão mantêm acesas e da alegria da fraternidade negra (CRUZ; GONÇALVES, 2020, p. 201).

Noutras palavras, interessa-nos destacar que corpos negros que vivem juntos, em perspectiva ancestral, num território, atualizando conhecimentos ancestrais africanos são quilombos – para além de certa narrativa comumente veiculada de que quilombo é apenas lugar de negros que fugiram da escravidão.

O movimento de autodefinição de parte dos pescadores e pescadoras do mangue como quilombolas tem início em 2010, e tem seu ápice em 2014 quando a Comunidade do Cumbe é certificada como remanescente de quilombo. O reconhecimento do coletivo como quilombola, pelo Estado brasileiro, levou à intensificação dos conflitos internos entre quilombolas e não quilombolas, por seu turno, este fato contribui para a morosidade estatal no processo de regularização fundiária do território ancestral, bem como para o aumento das ameaças e criminalização do grupo social autodeclarado quilombola.

Perante o cenário exposto, os quilombolas organizados e representados pela Associação Quilombola do Cumbe

começam a desenvolver diferentes estratégias de luta e re-existência - afirmação do grupo social que tinha como inexistente. Como forma de fortalecer os processos organizativos de afirmação da identidade quilombola pesqueira e, ao mesmo tempo, pleitear o território de uso comunitário, vital para sua continuidade.

CUMBE PÓS CERTIFICAÇÃO: A LUTA QUILOMBOLA PELA RE-EXISTÊNCIA E BEM VIVER/ BIOINTERAÇÃO

Com a obtenção da certificação os quilombolas pescadores e pescadoras artesanais do mangue começam a articular as lutas socioambientais já em marcha com a pauta negra-quilombola por meio de ações diversas que eles denominam de Projeto de Desenvolvimento Local, articulando as pautas seguintes: 1) afirmação da identidade quilombola pesqueira; 2) defesa e regularização fundiária do território de uso comunitário; 3) geração de renda; 4) fortalecimento das práticas culturais, saberes e modos de fazer; 5) cartografia social; 6) turismo comunitário; 7) museologia social; 8) calendário cultural; 9) cultura alimentar; 10) pesquisas em parceria com grupos de pesquisas vinculados às universidades, às

instituições parceiras e movimentos sociais.

A princípio, o estatuto da associação comunitária foi alterado, de modo que a representação constituída passou a ser chamada oficialmente de Associação Quilombola do Cumbe. Como assinalamos, embora os elementos da cultura africana ou afro-brasileira estivessem presente na oralidade, gestos, modos de viver da comunidade, os quilombolas ainda encontravam dificuldade quanto à afirmação identitária. Assim, foi necessário mobilizar as histórias e memórias orais, além dos elementos da cultura africana presente no território do Cumbe, com destaques para os seus marcadores africanos/ afro-brasileiros diaspóricos. De modo que em movimento paralelo, realizassem o cruzamento de tais informações com as fontes documentais existentes sobre o Quilombo do Cumbe.

Ora, as experiências traumáticas de desterro, escravidão, estupros, desumanização entre outras violências coloniais constituem um esquema sofisticado de genocídio que perpassa os corpos e as identidades dos povos africanos. Por diferentes caminhos, Aime Cesaire, Frantz Fanon, Achille Mbembe, Marimba Ani, Sueli Carneiro, Abdias Nascimento, Felipe Tuxá explicam que o

projeto de supremacia branca da colonização se fortalece e se justifica a partir da negação da dimensão ontológica dos mundos negros, em constantes movimentos que esperam a morte, a substituição, a assimilação, a passividade do corpo negro. No entanto, como nos ensina a quilombola socióloga Givânia Maria da Silva, “a colônia ameaça os quilombolas, mas os quilombolas ameaçam a colônia”⁶.

Com isso, afirmamos quão sofisticadas foram as estratégias dos povos negros em salvaguardarem suas bases civilizacionais africanas, como de um modo extraordinário podemos identificar nos quilombos ou nos terreiros de candomblés no Brasil. É nesta medida que os corpos documentam aquilo que o país gostaria de esquecer, quando tentou expurgar da nação qualquer elemento que viesse das Áfricas, suprimindo, perseguindo e criminalizando as “coisas de preto”. Entretanto, reiteramos a ideia da historiadora Beatriz Nascimento (1989) para quem corpo vivo é território, é acervo, arquivo.

Podemos dizer que as e os quilombolas do Cumbe tiveram que despertar para uma série de associações de símbolos, signos, referências que estavam propositadamente embaralhados num quebra-cabeça social perverso que é parte da engenharia colonial. Nesse movimento, para além da tradição hegemônica que prioriza o documento escrito como base legítima para seus desejos de verdade, o corpo negro se impõe:

Racializados e excluídos da cultura letrada dominante, que pretendeu colonizar e desagregar suas práticas culturais e agendamentos políticos, de corpos negros fluem contra-narrativas com potencial de alteridade. Em seus arranjos com volume e texturas corporais, protagonistas negros posicionam sua diferença e veiculam enigmáticos processos de reminiscências, materializados em sons, ritmos e gestuais encarnados e plenos de simbologias questionadoras de imposturas. Sem esquecer que, re[a]presentando-se a poderes instituídos, rearticulam comunicações entre si e ancestrais (ANTONACCI, 2013, p.331 apud PAZ, 2019, p. 205).

Posteriormente, os quilombolas pescadores e pescadoras artesanais começam a ressignificar as suas expressões culturais, aquelas diretamente relacionadas aos modos de vida e sistemas

⁶ Extraído de “O que a história te contou sobre os povos quilombolas?” Live do Núcleo de documentação e laboratório

de Pesquisa histórica do Depto de História da Universidade Federal do Ceará, em dez 2020.

ambientais presentes no território do Cumbe. Um exemplo é o *Cumê no Mato*.

As características geográficas do território do Cumbe conferem ao grupo social a possibilidade de produção e reprodução da cultura corporal que lhe é característica em consonância com os “*tempos da natureza*”, a saber: os “tempos do mangue”, os “tempos do mar”, “os tempos das dunas”. Estes regulam os modos de apropriação dos espaços sociais – o rio Jaguaribe, o mangue, as lagoas e as dunas (OLIVEIRA, 2018, p. 82).

Outro exemplo de expressão cultural atrelada aos modos de vida tradicionais consiste no Grupo de Teatro de Bonecos Calungas do Cumbe. Daí, salientamos que:

As encenações produzidas pelo Grupo Calungas do Cumbe expressam valores e *habitus* da Comunidade Quilombola do Cumbe. Em geral, as encenações teatrais compreendem um conjunto de técnicas corporais de manejo dos bonecos empreendidas pelos calungueiros. Nas narrativas prevalece a linguagem humorística que entretém sobretudo as crianças. Os personagens elaborados pelos Calungas do Cumbe narram a história da comunidade que agrega símbolos, mitos e ritos. Eles representam as identidades tradicional-pesqueira e negra-quilombola, a exemplo do pescador Zé do Mangue e do negro Obá (idem, 2018, p. 82).

E outras expressões culturais de tradição carnavalesca, como: os Papangus.

Os *papangus* têm um propósito festivo que alude ao período carnavalesco. Esta prática corporal é rememorada pelos atores sociais mais velhos e ressignificada pelos atores sociais mais jovens, filhos e sobrinhos de ex-brincante. Roupas velhas, pedaços de pano, sacos de palha e cajados são adereços dos papangus. (OLIVEIRA, 2018, p. 91).

Também são identificadas no Cumbe algumas expressões culturais religiosas que podem ser identificadas como entrecruzadas de base europeia, como: a Caninha Verde, a Contradança, a Dança dos Cacetes, a queima do Judas e o Testamento, a brincadeira do Pau de Sebo, a Serração e a Festa do Padroeiro Nosso Senhor do Bonfim.

Outro projeto proposto pelos quilombolas foi a criação do Calendário Cultural do Quilombo do Cumbe, que compõe as expressões culturais, dentre elas, a Festa do Mangue do Cumbe e o Dia do Quilombo, data da certificação pela Fundação Cultural Palmares. A criação do calendário cultural, soma-se a experiência do turismo comunitário que vem sendo desenvolvido na comunidade. Além disso,

O histórico cultural carnavalesco da comunidade seria um aspecto importante no sentido de ressignificar os blocos de rua e de relacioná-los à identidade negra-quilombola. Com base neste suposto, foi criado um bloco com o intuito de dar visibilidade à questão quilombola (OLIVEIRA, 2018, p. 91).

Já o Bloco Karambolas do Cumbe se apresenta no carnaval cultural do município de Aracati junto ao cortejo do Maracatu Maracaty Nação Bons Ventos, acompanhado dos papangus. Ambas as expressões também desfilam no domingo

de carnaval na comunidade com o *mela-mela*. Em junho ocorre a Semana do Meio Ambiente e o Arraiá do Manguezá. Em julho acontece a Semana Mundial de Defesa dos Manguezais. E em outubro a Festa do Mangue do Cumbe, a qual:

[...] foi elaborada pela Associação Quilombola do Cumbe a fim de interpelar o Estado Brasileiro quanto ao direito à terra e ao trabalho. Também é utilizada como um mecanismo de reafirmação das identidades tradicional-pesqueira e negra-quilombola. Nesta há a junção dos aspectos territoriais e culturais. Este ritual contemporâneo, por ser mais recente em termos de conformação, convoca a sociedade brasileira a dar voz a comunidade e denunciar os processos de degradação do meio ambiente e a consequente expulsão da comunidade devido aos processos de privatização do território do Cumbe (ibidem, 2018, p. 115).

Em novembro acontece a Semana da Consciência Negra. Enquanto em dezembro é comemorado o dia do Quilombo do Cumbe, data do reconhecimento nacional e certificação da comunidade de maioria negra/quilombola. Nesta semana é realizado uma série de atividades no sentido de visibilizar sua luta e re-existência, bem como de avaliar e fortalecer os processos organizativos.

Como estratégia de ocupar o território de uso comunitário, os quilombolas começaram a desenvolver o turismo comunitário, implementar aulas de campo nas dunas e nos sítios

arqueológicos, na praia, no manguezal e nos lugares de memória. Ademais, implementaram os passeios de barco pelas gamboas e pelo rio Jaguaribe. Na construção dos mapas sociais do território quilombola do Cumbe os quilombolas contam com a parceria do Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (NATERRA) vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Instituto Terramar e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). A cartografia social e uma série de pesquisas científica aos níveis de graduação e pós-graduação, trabalhos de extensão universitária, foram realizadas no território do Cumbe.

No desenvolvimento da museologia social, as quilombolas pescadoras/es tradicionais tratam o território quilombola do Cumbe como um “museu a céu aberto”. Eles estão em processo de construção do museu virtual do Cumbe. Neste, as pessoas poderão visitar virtualmente a comunidade, caminhando pelos espaços decididos por eles como relevantes para problematização da própria história. Elas conhecerão os marcadores africanos presente no território - as narrativas orais e lendas que permanecem vivas no

imaginário social, bem como os acontecimentos históricos que marcam o território como lugar de resistência e de base afrorreferenciada. Estes compõem um acervo de conhecimentos importante para a continuidade das práticas e experiências de autonomias presente no Quilombo do Cumbe.

A ação alusiva à cultura alimentar está em fase de conclusão e engloba o projeto da cozinha quilombola e a unidade de beneficiamento de pescados. Já existe um cardápio da cultura alimentar do mangue e uma webssérie de vídeos do *Cumê no Mato*, *Cumê na praia* e *Cumê nas Casas*, produzido em parceria com a Escola de Gastronomia e Cultura Alimentar do Governo do Estado do Ceará. A pesquisa que originou à cultura alimentar foi contemplada em um edital vigente em 2020. O Quilombo do Cumbe foi uma das comunidades selecionadas para desenvolver a experiência da cultura alimentar local, que é vista como um instrumento importante de defesa do território do Cumbe e de afirmação da identidade quilombola pesqueira.

Junto às experiências de fortalecimento dos processos organizativos e afirmação identitária, os quilombolas realizam um trabalho que atende à juventude por meio da capoeira e dança do

coco. Eles ainda investem em outros projetos: 1) produção de audiovisual no formato de documentários; 2) quintais produtivos; 3) curso de corte e costura; 4) participação em feiras de economia solidária; 5) produção de material informativo sobre a luta e história do quilombo; 6) rodas de conversas acerca temática quilombola e direitos humanos.

Reafirmar a existência e resistência perpassa por uma série de questões e estratégias de lutas antigas que ultrapassam o território quilombola do Cumbe, como maneiras de denunciar as investidas do grande capital racista na comunidade, nos ecossistemas ambientais e nos modos de vidas tradicionais. Em outra perspectiva, os quilombolas anunciam as suas experiências de reprodução social na relação com o território e cosmovisão, além dos seus enfrentamentos dos projetos de morte que pretendem escravizar e dividir os comunitários, a partir da narrativa de “falsos quilombolas”, que aponta para a criminalização da luta e a negação da identidade quilombola pesqueira.

Esses tem sido alguns dos propósitos dos quilombolas do Cumbe, de luta e constituição organizativa, materializados também na dinâmica da Associação Quilombola do Cumbe,

visibilizando as injustiças ambientais e violações de direitos humanos, e denunciando os racismos estrutural, com sua capilaridade institucional e ambiental, os quais recaem fortemente contra as pescadoras e os pescadores tradicionais do quilombo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas socioambientais, que também assumem dimensão identitária, são parte das pautas dos diferentes movimentos sociais rurais e urbanos no contexto global. Por outro aspecto, entendemos que na conjuntura política mundial os enfrentamentos aos projetos desenvolvimentistas requerem o diálogo com os diferentes territórios e sujeitos de direitos. Nos remetemos aos grupos sociais que foram excluídos dos espaços de tomadas de decisões e que hoje reivindicam seus direitos, ocupam espaços políticos de controle social, demandam e deliberam sobre políticas públicas.

Como exemplo, apontamos uma experiência desenvolvida na região nordeste do Brasil, no Quilombo do Cumbe, protagonizada pelos quilombolas pescadores e pescadoras tradicionais que pautam, há mais de 25 anos, as lutas em

defesa dos seus modos de vida e do território tradicional de uso comunitário. Tal como vimos, essas lutas começaram a fazer parte do dia a dia da comunidade a partir dos anos de 1977, com a chegada da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), continuando em 1996, com a invasão da atividade econômica da criação de camarão em cativeiro (carcinicultura) e, em 2008, com a tomada de parte do território do Cumbe pelas usinas eólicas.

Esses projetos econômicos se apropriam dos espaços de uso comum pelos quilombolas pescadores e pescadoras tradicionais e dos sistemas ambientais: as áreas de manguezais, os campos de dunas, a faixa de praia; além dos bens naturais como a água, a terra e os ventos. Tais ações resultaram em grandes impactos nas formas pelas quais a comunidade experimentava suas práticas tradicionais de biointeração. Também foi responsável pela divisão dos comunitários comprometendo severamente o avanço dos processos organizativos e de regularização fundiária do território quilombola do Cumbe.

Entre os povos e comunidades tradicionais inexistente a separação entre o ser humano e natureza. De modo que a relação com os sistemas ambientais presentes no

território é permanente e contínua, influenciando na reprodução social e no pertencimento étnico e identitário.

A permanência das/os quilombolas pescadoras/es no território do Cumbe, sem a interferência dos projetos econômicos prejudiciais aos modos de vida tradicionais que tem invadido e destruído os seus espaços de convívio, consiste em uma pauta urgente e necessária na perspectiva de combater as práticas históricas de não reconhecimento da sua autodeterminação.

A luta das/os quilombolas pescadoras/es do mangue do Cumbe é por autonomia por suas soberanias intelectuais, cartográficas, afetivas, políticas, culturais, religiosas e alimentar, conjunto de direitos previstos na Carta Magna de 1988. Eles lutam ainda, pelo

direito de gerenciar e decidir sobre o que é melhor para o território de uso comunitário, uma vez que se reconhecem como os guardiões e as guardiãs dos bens naturais, saberes e modos de fazer.

No mais, os 25 anos de luta dos quilombolas pescadores e pescadoras tradicionais do mangue do Cumbe tem apontado para uma discussão ampla sobre outros significados de “desenvolvimento” que apontam para um projeto de mundo conectado com as cosmovisões de cada grupo social, no caso a comunidade quilombola do Cumbe, que é detentora e guardiã de um patrimônio ambiental importante para continuidades de suas práticas culturais, saberes, modos de fazer, bem viver e biointeragir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos / Alberto Acosta; tradução de Tadeu Breda. – São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

CRUZ, Denise F da Costa; GONÇALVES, Flora. O sol é um disco: Ensaio sobre corporalidades em Orí, filme de Raquel Gerber. IN: **Ayé: Revista de Antropologia**. v. 2 n. 1 2020.

CRUZ, Felipe Sotto Maior; LEMOS, Guilherme Oliveira; JESUS, Leandro Santos Bulhões de. Contracolonização e soberanias intelectuais de povos indígenas, negros e quilombolas. In: JESUS, Leandro Santos Bulhões de; BARROS, Miguel de; FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Tecendo redes antirracistas: contracolonização e soberania intelectual** – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Na Casa de Ajalá: comunidades negras, patrimônio e memória contracolonial no Cais do Valongo: a “Pequena África”**. 2019. 229 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

D’SALETE, Marcelo. **Cumbe**. São Paulo: Veneta, 2014.

GONZAGA, Amilton Vitorino. **Conflitos em territórios quilombolas: algumas dicas para o enfrentamento do racismo ambiental**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LIMA, A.C. **Terra Aracatiense**. 2. ed. – Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará – IOCE, 1979.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento: quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. Orí (1989). **Fragmento do release de divulgação para o lançamento de Orí (1989)**, dirigido por Raquel Gerber.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. **Fazer-se nobre nas fímbrias do império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804)**. 2010. 358 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2010

OLIVEIRA, Ana Amélia Neri. **Entre o rio e o mar: práticas corporais e cotidiano na Comunidade Quilombola do Cumbe**. 2018. 173 f., il. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PETIT, Haydée Sandra. **Pretatogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral contribuições do legado africano para a implementação da Lei N°. 10.639/03**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

RATTS, Alex. **Traços Étnicos: Espacialidade e Culturas Negras e Indígenas no Ceará / Alex Ratts**. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa: Universidade de Brasília: Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

XAVIER, Patrícia Pereira. **Valorização e Preservação do Patrimônio Arqueológico na Comunidade do Cumbe - Aracati/CE**. 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2013